

# ACESSIBILIZAÇÃO CURRICULAR NA PERSPECTIVA DO ENSINO COLABORATIVO

Clarissa Moura Quintanilha<sup>1</sup>  
Luise Melo de Aguiar<sup>2</sup>  
Victoria Ellen Santiago de Jesus<sup>3</sup>

## RESUMO

As temáticas relacionadas ao processo de inclusão escolar bem como o modelo utilizado para efetivação das políticas públicas atuais tem sido o foco de muitas discussões no sistema educacional brasileiro. Por esse motivo, nossa pesquisa buscou refletir como a perspectiva do Ensino Colaborativo pode auxiliar no processo de acessibilização curricular. O ensino colaborativo busca promover a parceria entre o professor da classe comum e o professor da Educação Especial, construindo conjuntamente os processos avaliativos, estratégias de ensino e estruturação de um currículo inclusivo. Baseando-se nos princípios do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), o planejamento colaborativo surge como ponto principal nos desafios relacionados à implementação das práticas em questão. Desta forma, traçamos como objetivo a reflexão sobre o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e do trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no formato citado. Nesse sentido, dentro do campo da pesquisa qualitativa, nossa proposta teórica-metodológica contou com as contribuições da educação especial inclusiva, do campo do currículo e do ensino colaborativo. Entendemos que ao dialogar com estas experiências podemos vislumbrar outros caminhos no

- 1 Doutora em Educação pelo programa Processos Formativos e Desigualdades Sociais UERJ/FFP- Professora do Colégio de Aplicação UFRJ e coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá. e-mail: clarissa.mouraquintanilha@gmail.com
- 2 Especialista em Currículo e Prática Docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental CEAD/UFPI, Pedagoga (UNIRIO) - Professora do Colégio de Aplicação- UFRJ. e-mail: luiseaguiar@gmail.com
- 3 Especialista em Sociologia Urbana pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ) e Pedagoga Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). e-mail: vitoriaellen17@gmail.com

campo da Educação Especial em busca da fomentação na cultura escolar colaborativa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Ensino Colaborativo, Acessibilização Curricular, Educação Inclusiva.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema recorrente e relevante no contexto educacional brasileiro, especialmente nas últimas décadas, em que políticas públicas têm buscado garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas particularidades e necessidades. Nesse cenário, o ensino colaborativo emerge como uma alternativa promissora, favorecendo a articulação entre diferentes profissionais da educação e a construção de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade.

Neste texto, exploraremos a interação entre o ensino colaborativo e a acessibilização curricular, considerando o papel do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) como uma base teórica que sustenta essa prática. Também analisaremos as narrativas de professoras da educação especial e da classe comum, que refletem sobre suas experiências e desafios na implementação de práticas inclusivas.

## REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

A inclusão escolar no Brasil tem suas raízes nas legislações que, ao longo do tempo, foram se moldando para garantir o direito à educação de todos os estudantes. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, até as diretrizes mais recentes, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação inclusiva passou a ser uma diretriz fundamental das políticas educacionais.

A educação especial inclusiva no Brasil tem avançado significativamente, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996. Esses marcos estabeleceram a obrigatoriedade de oferecer educação a todos, incluindo pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de promoverem uma educação sem discriminação, baseada em equidade e inclusão.

Desde então, a política de inclusão vem sendo reforçada, como pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que orienta a inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares. Esse movimento visa integrar esses estudantes na rede regular de ensino,

com adaptações curriculares e recursos de acessibilidade, buscando romper a segregação e promover o aprendizado colaborativo.

No entanto, há desafios significativos para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Faltam ainda recursos, capacitação adequada de profissionais e infraestrutura acessível em muitas escolas. As práticas pedagógicas inclusivas, que respeitam as necessidades individuais, têm sido discutidas e implementadas de maneira heterogênea pelo país, com escolas que oferecem experiências inclusivas de sucesso e outras que enfrentam dificuldades em acolher e adaptar o currículo para todos os estudantes.

Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação, especialmente professores, é crucial para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Cursos, especializações e capacitações voltadas para a inclusão e para práticas pedagógicas adaptadas são essenciais, mas ainda insuficientes para garantir uma rede que possa, de fato, incluir todos os estudantes sem preconceito ou exclusão.

No contexto atual, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, reforça o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e impulsiona ainda mais as ações nesse sentido. No entanto, a recente revisão da Política Nacional de Educação Especial em 2020 trouxe controvérsias, pois, para alguns, a flexibilização para a criação de escolas e classes especializadas é vista como um retrocesso para a inclusão.

As políticas públicas voltadas para a inclusão escolar enfrentam diversos desafios, como a formação de professores, a adequação dos currículos e a articulação entre diferentes esferas do sistema educacional. É nesse contexto que o ensino colaborativo se destaca, oferecendo uma proposta de formação contínua e de compartilhamento de práticas pedagógicas.

## UM SOBREVÃO SOBRE O ENSINO COLABORATIVO

O ensino colaborativo é uma abordagem que se baseia na colaboração entre professores da educação comum e da educação especial. Essa parceria permite uma troca de saberes e experiências, essencial para o desenvolvimento de estratégias que atendam às necessidades de todos os alunos. É uma abordagem educacional baseada na cooperação entre professores da educação comum e da educação especial. Essa parceria é essencial para promover a inclusão e atender às necessidades diversas dos alunos em uma mesma sala de aula,

rompendo com o isolamento histórico de estudantes com deficiência em classes e escolas separadas. Ao trabalhar juntos, esses professores podem desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitam uma educação mais equitativa, adaptada e eficaz para todos.

Esse modelo é particularmente relevante no contexto da educação inclusiva, que busca integrar alunos com e sem deficiência em um ambiente de aprendizagem compartilhado. A partir desse objetivo, o ensino colaborativo tem potencial para criar experiências de aprendizado enriquecedoras e transformadoras para todos os estudantes, além de fortalecer o papel dos professores como facilitadores do desenvolvimento global dos alunos.

Para entender o ensino colaborativo, é necessário primeiro explorar os seus fundamentos teóricos. Esse modelo se apoia em princípios da educação inclusiva e no conceito de aprendizagem cooperativa, que valoriza o trabalho em equipe e a colaboração. O ensino colaborativo é também respaldado pela abordagem da educação para todos, que se baseia nos direitos humanos e na necessidade de criar espaços de aprendizado que respeitem a diversidade.

No Brasil, políticas como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva oferecem respaldo para a adoção dessa abordagem. Essas políticas incentivam a integração de alunos com deficiência em salas regulares e destacam a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais de educação para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e adaptada.

A parceria entre professores da educação comum e da educação especial é crucial para adaptar o ambiente escolar às necessidades dos alunos. Esse trabalho colaborativo permite uma troca de saberes entre os profissionais, onde o professor de educação comum pode trazer conhecimentos sobre os conteúdos curriculares e a dinâmica de uma sala regular, enquanto o professor de educação especial oferece estratégias e adaptações pedagógicas para atender a necessidades específicas.

Por exemplo, essa colaboração pode resultar na criação de planos de aula conjuntos, adaptações de atividades, uso de materiais diferenciados e suporte no desenvolvimento de habilidades sociais. Os alunos com deficiência, assim, beneficiam-se de uma educação mais inclusiva e participativa, enquanto os demais alunos ganham a oportunidade de desenvolver habilidades de convivência e respeito às diferenças.

O ensino colaborativo traz múltiplos benefícios para toda a comunidade escolar. Para os alunos, a principal vantagem é o acesso a um ambiente de aprendizado inclusivo, onde suas necessidades são atendidas de maneira individualizada. Essa abordagem pode melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência, assim como a aceitação e a inclusão social por parte dos colegas.

Para os professores, o trabalho colaborativo fortalece o desenvolvimento profissional, pois eles aprendem uns com os outros e ampliam suas competências pedagógicas. Essa prática também reduz o isolamento profissional e promove um ambiente de apoio mútuo, onde os desafios de ensino podem ser abordados de forma conjunta. Já para a instituição escolar, o ensino colaborativo pode elevar a qualidade da educação, aprimorando a inclusão e, ao mesmo tempo, promovendo um ambiente mais acolhedor e diversificado.

Apesar dos benefícios, a implementação do ensino colaborativo enfrenta desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de tempo e planejamento, pois muitos professores têm horários sobrecarregados que dificultam a colaboração regular. Além disso, a ausência de formação continuada e específica sobre práticas inclusivas e colaborativas limita a efetividade dessa abordagem.

Outro desafio é a resistência cultural e institucional, pois, em alguns casos, a escola ainda adota uma visão segregacionista ou não reconhece plenamente a importância da educação inclusiva. Essa resistência pode gerar uma falta de apoio aos professores e dificuldades na adaptação do currículo. Para superar essas barreiras, é fundamental que haja um comprometimento institucional, com políticas de apoio e investimento na capacitação dos profissionais de ensino.

No cotidiano escolar, o ensino colaborativo se manifesta em diversas práticas pedagógicas. Uma estratégia é o planejamento conjunto, onde os professores discutem previamente as necessidades de cada aluno e as adaptações necessárias. Essa prática possibilita a criação de aulas que sejam ao mesmo tempo inclusivas e eficazes para todos os estudantes.

Outra prática é a co-ensino, em que ambos os professores estão presentes na sala e compartilham a responsabilidade pela condução das atividades. Nesse modelo, um professor pode liderar uma parte da aula enquanto o outro oferece suporte individual aos alunos que precisam de atenção especial. Além disso, o uso de recursos diferenciados, como tecnologia assistiva e materiais pedagógicos adaptados, contribui para o sucesso do ensino colaborativo.

O ensino colaborativo representa uma abordagem essencial para a educação inclusiva, pois permite que profissionais de diferentes áreas unam forças para criar ambientes de aprendizagem que respeitem e atendam à diversidade dos estudantes. Essa parceria entre professores da educação comum e especial é uma forma eficaz de promover uma educação mais equitativa, inclusiva e adaptada às necessidades de todos os alunos.

Embora o ensino colaborativo enfrente desafios, como a falta de tempo e a necessidade de formação específica, o apoio institucional e políticas de incentivo podem viabilizar sua implementação de maneira mais efetiva. Assim, o ensino colaborativo não apenas contribui para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também para uma educação que valorize a diversidade e prepare os estudantes para uma sociedade mais inclusiva.

Os professores têm um papel fundamental na construção de ambientes inclusivos. A atuação conjunta entre educadores de diferentes áreas permite a elaboração de estratégias que respeitam as particularidades dos alunos, favorecendo o aprendizado coletivo.

## O DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM (DUA)

O DUA propõe a criação de ambientes de aprendizagens que atendam às necessidades de todos os alunos, por meio da flexibilidade nas estratégias de ensino, avaliação e conteúdo. Os três princípios fundamentais do DUA são a representação múltipla, a ação e expressão e o engajamento. Ainda a este respeito, Dos Santos Mendonça (2015, p. 7):

Desta forma, o DUA considera as diferentes formas de aprender e as habilidades do sujeito. Com isso, contempla também a especificidade de aprender das pessoas com deficiência, preocupando-se com suas habilidades e necessidades. Para que isso seja possível a principal característica do DUA é a flexibilidade, no ambiente educativo, a metodologia, a composição e forma de apresentação dos conteúdos devem ser flexíveis e oportunizar diferentes recursos pedagógicos para atender aos diferentes perfis de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem que se preocupa com o processo de aprendizado de todas as crianças, incluindo as neurodiversas, de forma integrada. O DUA é uma metodologia pedagógica voltada para a inclusão e acessibilidade, adaptando currículos

de maneira a atender às diversas necessidades e estilos de aprendizado dos estudantes. Fundamentado na flexibilidade, o DUA propõe múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, beneficiando todos os alunos, independentemente de apresentarem ou não deficiência. Seu objetivo é remover barreiras ao aprendizado, promovendo uma inclusão que engloba aspectos cognitivos e emocionais, além de incentivar a empatia e a colaboração entre os alunos. Apesar dos desafios, o DUA avança na criação de práticas pedagógicas mais inclusivas e colaborativas, buscando transformar o ambiente educacional em um espaço acessível e acolhedor para todos.

A integração dos princípios do DUA no ensino colaborativo proporciona uma estrutura sólida para a acessibilização curricular, permitindo que o currículo se torne mais inclusivo e adaptável às necessidades de cada estudante.

A integração dos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) no ensino colaborativo oferece uma base robusta para a acessibilização curricular, potencializando a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Quando os professores da educação comum e especial trabalham em conjunto sob a perspectiva do DUA, eles conseguem desenvolver um currículo que seja mais flexível, acessível e adaptado para atender as particularidades de cada aluno, independentemente de suas necessidades específicas.

Essa abordagem integrada promove o desenvolvimento de múltiplas formas de engajamento, representação e expressão – pilares do DUA – no planejamento e na prática pedagógica, o que permite que os estudantes tenham mais alternativas para aprender e demonstrar seus conhecimentos de forma que se alinhe com suas preferências e habilidades. Dessa maneira, o ensino colaborativo, com o apoio do DUA, não só elimina barreiras cognitivas e emocionais ao aprendizado, mas também favorece um ambiente de cooperação e respeito à diversidade.

Além disso, a parceria entre os professores da educação comum e especial no contexto do DUA permite uma troca contínua de saberes e estratégias, enriquecendo a prática pedagógica e promovendo uma visão mais ampla e inclusiva do desenvolvimento dos estudantes. A partir dessa integração, é possível criar práticas pedagógicas mais significativas, que englobam tanto os objetivos acadêmicos quanto o desenvolvimento emocional e social dos alunos.

A aplicação do DUA no ensino colaborativo facilita uma transformação no currículo, permitindo que este se torne mais adaptável e inclusivo, não apenas para estudantes com deficiência, mas para todos. Esse modelo de ensino atende

aos princípios de equidade e acessibilidade, tornando-se um forte alicerce para uma educação que valorize e respeite a individualidade e o potencial de cada estudante.

A acessibilização curricular consiste em adaptar e transformar o currículo para que ele seja acessível a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, limitações ou necessidades especiais. Essa prática é especialmente importante para alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagem, mas também beneficia todos os alunos ao criar um ambiente mais flexível e adaptado às diferentes formas de aprender.

Essa acessibilização envolve ajustes que vão desde a adaptação de materiais didáticos (como o uso de livros em braille, audiolivros ou recursos visuais) até a reestruturação das atividades e avaliações, de modo a oferecer múltiplas maneiras de participar e demonstrar o aprendizado. Ao criar alternativas para as práticas tradicionais, a acessibilização curricular transforma o espaço de aprendizagem em um lugar mais inclusivo e acolhedor. Outro aspecto importante é o uso de tecnologias assistivas e recursos multimodais que permitem maior autonomia para estudantes com necessidades específicas.

A acessibilização curricular não é apenas uma adaptação para que o aluno se encaixe no currículo, mas sim uma transformação do currículo para que ele se ajuste ao aluno. Esse conceito reflete uma mudança de perspectiva no campo da educação inclusiva, colocando o estudante no centro do processo pedagógico e promovendo o respeito pela diversidade.

## CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

A inclusão escolar é um processo complexo, que demanda comprometimento e colaboração entre todos os envolvidos. O ensino colaborativo, fundamentado nos princípios do DUA, surge como uma alternativa viável para promover a acessibilização curricular e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Ao visitar a literatura e a nossa experiência como professoras do campo da educação especial notamos que o ensino colaborativo é uma abordagem que envolve a parceria entre professores da educação comum e da educação especial, trabalhando juntos para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. Essa colaboração permite a troca de conhecimentos e experiências, criando um ambiente onde diferentes perspectivas contribuem para a construção de um currículo que acolha as particularidades

de cada estudante. Quando orientado pelos princípios do DUA, o ensino colaborativo fortalece a acessibilização curricular, promovendo um ensino que é adaptável desde a sua concepção, em vez de depender de adaptações isoladas para atender a grupos específicos.

A abordagem colaborativa se torna, assim, uma prática que promove o compartilhamento de responsabilidades entre os profissionais de ensino, possibilitando que cada um contribua com suas habilidades para o desenvolvimento de estratégias de ensino que valorizem e respeitem a diversidade. O professor de educação especial pode, por exemplo, orientar adaptações específicas que atendam às necessidades dos alunos com deficiência, enquanto o professor de educação comum trabalha para integrar essas adaptações ao currículo regular, de modo que todos os alunos possam beneficiar-se do conteúdo. Esse trabalho em equipe resulta em um ensino mais inclusivo e acessível, que se alinha aos princípios do DUA.

O ensino colaborativo, fundamentado nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, representa uma alternativa promissora para promover a acessibilização curricular e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A integração entre a colaboração pedagógica e a flexibilidade do DUA permite a construção de um currículo inclusivo, que respeita a diversidade e valoriza as individualidades dos estudantes. Essa abordagem vai além de uma simples adaptação do conteúdo, propondo uma transformação pedagógica que coloca a inclusão como valor central da prática educacional. Ao investir no ensino colaborativo e no DUA, a escola cumpre seu papel de agente de inclusão, preparando os alunos para uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora.

## REFERÊNCIAS

BETTIO, C. D.; MIRANDA, A. C. A.; SCHMIDT, A. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo. 109p. v. 23, p. 2023, 2021. Disponível em: [br/portalde-livrosUSP/catalog/view/646/575/2169](http://br/portalde-livrosUSP/catalog/view/646/575/2169). Acesso em: 21 out 2024.

DOS SANTOS MENDONÇA, A. A. Desenho universal aplicado à aprendizagem e a escolarização de alunos com deficiências. In: **Anais CIET**: Horizonte, 2022.

Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/270>.  
Acesso em: 20 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? Summus Editorial, 2015. Disponível em: RIBES, C. A. et al. **Por uma educação ambiental mais inclusiva**: despertando os sentidos com o jardim sensorial. 2024. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2668>. Acesso em: 22 out. 2024.